

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 1119004/2018 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018

DELEGA PODERES PARA ORDENADORA
DE DESPESAS DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TAUÁ -
IPMT E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUÁ, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1103/2001, de 27 de novembro de 2001,

CONSIDERANDO a necessidade de descentralizar os atos administrativos da gestão financeira e patrimonial com a finalidade de por as decisões administrativas mais próximas dos fatos e da solução das necessidades das pessoas,

CONSIDERANDO que a descentralização das decisões administrativas é um princípio de caráter obrigatório previsto em legislação, com a finalidade de tornar as decisões administrativas mais célebres na solução dos problemas ligados ao interesse público ou da coletividade,

CONSIDERANDO, a determinação de que se contém o parágrafo 2º do artigo 41 da Carta Constitucional do Estado do Ceará,

DECRETA:

Art. 1º - **DELEGA** à Sra. **EMANOELLY CORREIA SOARES**, portadora do CPF/MF nº 004.207.319-70, ocupante do cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, integrante da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Tauá, poderes para, a partir da data deste decreto, exercer as funções de ordenadora de despesas, no âmbito do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TAUÁ – IPMT**, desempenhando todos os atos, dos quais resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndios de recursos do município, e os demais atos necessários à fiel execução dos atos objetos da delegação, incluindo-se, os poderes para celebrar contratos, convênios, ajustes, acordos e outros instrumentos congêneres, pelos quais esta responda, observadas as exigências legais, ficando o mesmo obrigado a apresentação da prestação de contas de gestão de sua responsabilidade, perante o Tribunal de Contas do Estado na forma da legislação pertinente e, igualmente, sujeito a tomada de contas realizadas pelas auditorias de controle interno ou pelas realizadas pelo controle externo, quando ajuizadas necessárias, pelos órgãos competentes.

Art. 2º - Todos os atos administrativos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelo ordenador de despesa, em cumprimento a delegação de poderes, objeto deste decreto, deverão ser realizados por força de documento que comprove, devidamente, a operação transacionada e registrados na contabilidade mediante a classificação na conta adequada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ, em 19 de novembro de 2018.


CARLOS FREDERICO CITÓ CÉSAR RÉGIO
Prefeito Municipal